

Estados também serão atingidos

BRASÍLIA – Os estados e municípios também foram enquadrados pelo pacote fiscal do governo divulgado ontem. Além de proibir que bancos públicos concedam financiamento para estados que não tiverem assinado contrato de reestruturação de sua dívida com a União – já a partir de fevereiro de 1998 –, foi eliminada a possibilidade de os estados obterem financiamento do governo se não se desfizerem da instituição.

A Medida Provisória dos bancos estaduais previa esta possibilidade, mediante pagamento de 50% da dívida do estado com o banco, além de privatização, liquidação e transformação em agência de fomento. “A linha é reduzir a presença do setor público no sistema financeiro”, afirmou o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente. Até agora, apenas três estados assinaram o contrato de alongamento de suas dívidas com o governo federal: Mato Grosso, São Paulo e Ceará.

Com a elevação em cerca de R\$ 2 bilhões do recolhimento do Imposto de Renda e do

Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) no ano que vem, Parente lembrou que o repasse do Fundo de Participação dos Estados (FPE) crescerá em cerca de R\$ 800 milhões. Com o aumento de receita e a ajuda das regras de pagamento impostas pelos acordos firmados com o Ministério da Fazenda, a União espera receber R\$ 2 bilhões em pagamento de dívidas estaduais em 1998.

Para evitar que o ganho de receita seja usado para fazer novas dívidas, como na contratação de empréstimos, o governo redefiniu ainda os limites de concessão de crédito ao setor público pelo sistema bancário. Desta forma, não poderão superar mais os limites já fixados pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) os empréstimos feitos mediante Antecipação de Receita Orçamentária (ARO) e a contrapartida de bancos oficiais em empréstimos captados no exterior.

Já o governo de Minas Gerais acredita que não será atingido pelas medidas punitivas e restritivas aos estados – previstas no pacote baixado ontem em Brasília – por estar seguindo

uma política na área econômica em sintonia com a do governo federal. “Não haverá prejuízos para o estado”, afirmou o governador Eduardo Azeredo após uma análise inicial do pacote.

Curitiba – O governador do Paraná, Jaime Lerner (PFL), não quis comentar ontem as medidas anunciadas pelo governo federal, mas seus assessores lembraram que, na semana passada, diante do aumento anunciado dos juros, ele determinou um corte de 50% nas despesas de custeio de todas as secretarias estaduais.

A reunião do governador com os secretários foi realizada na quarta-feira, dia 5. Segundo assessoria do Palácio Iguaçu, a crise nas bolsas de valores e o aumento dos juros sinalizaram para uma retração da economia, “pelo menos até o fim do segundo semestre”.

Na reunião com o secretariado, o governador Jaime Lerner determinou a concentração de investimentos em obras fundamentais nas áreas de Educação, Habitação, Agricultura e Transportes.